

**Finanças estaduais:
Regime Recuperação Fiscal –
uma necessidade**

**Darcy Francisco Carvalho dos Santos
Economista. Dezembro/2017**



Grandes causas da crise fiscal do Estado do RS

Estruturais

Déficits históricos (adiante)

Crescimento da despesa previdenciária

Serviço da dívida alto, embora decrescente

Crescimento a menor do PIB estadual, com reflexo na arrecadação.

Conjunturais

Grande desequilíbrio entre receita e gastos no período 2011-2014

Recessão econômica atual.

Estado do RS: déficits, investimentos e financiamentos, 1971-1998, em % RCL

Períodos	Resultado Primário	Investimentos	Financiamento dos déficits
1971-1974	-9,6	29,2	Endividamento
1975-1978	-13,7	29,4	Endividamento
1979-1982	-19,6	27,4	Endividamento
1983-1986	-20,9	19,7	Débitos de tesouraria
1987-1990 (*)	-15,4	20,4	Inflação (1.188% aa.)
1991-1994 (*)	-13,0	13,0	Inflação (1.359% aa.)
1995-1998 (*)	-14,6	27,9	Privatização
Méd.1971-98	-15,3	23,8	

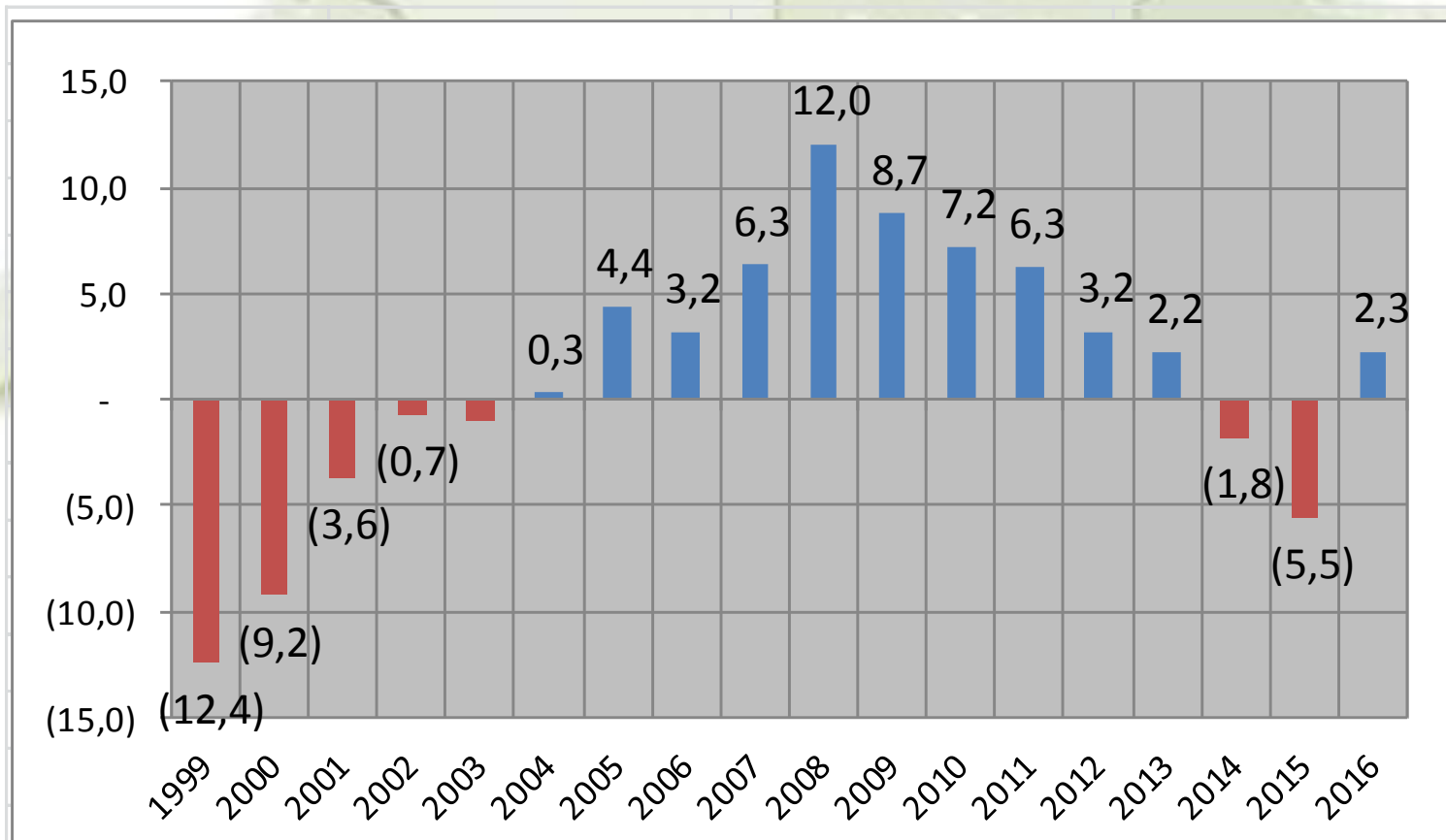
Elaboração própria com base em dados dos Balanços do Estado.

(*) Receitas financeiras, 17% e 19% da RCL. Privatização c/juros: 23% RCL.

Nota: A dívida se multiplicou mais de 27 vezes nesses 28 anos.

(Localiz.: Artigos extensos/economia e finanças do RS comp./plan4/U37)

Resultados primários, 1999-2016, em % RCL

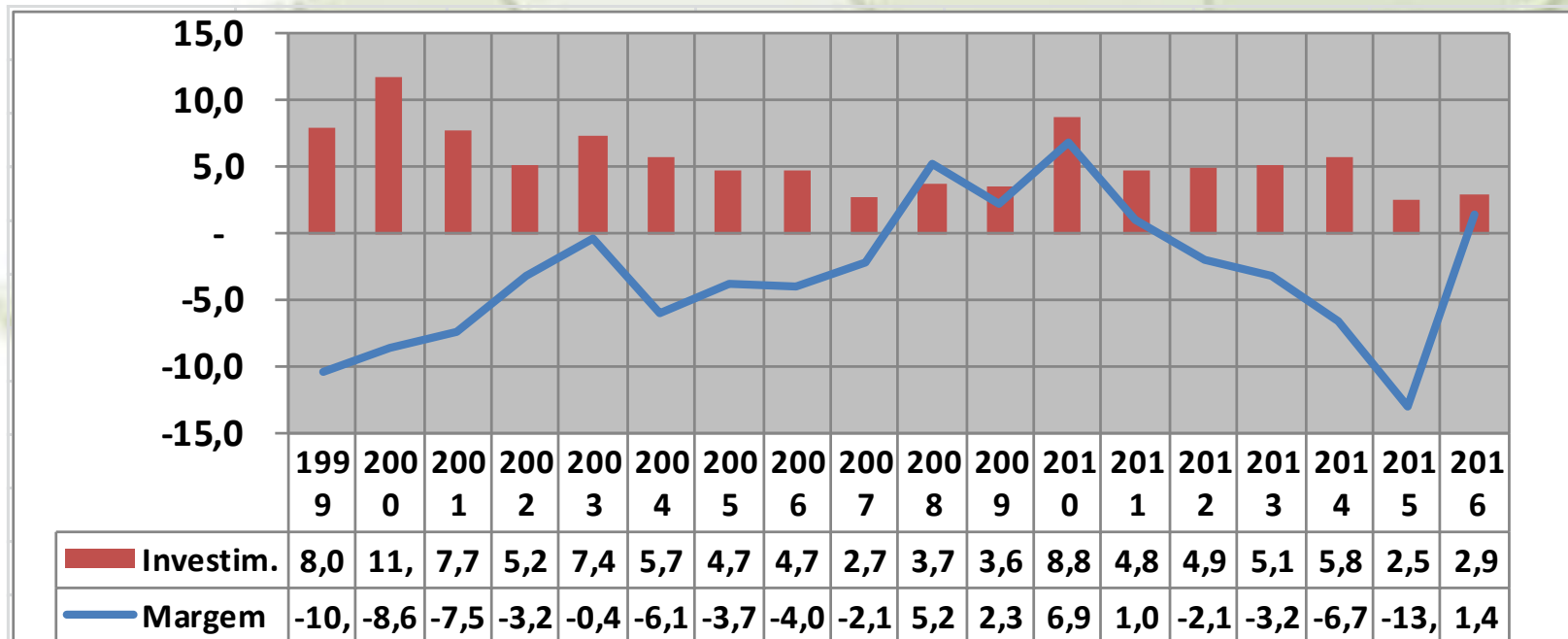


Fonte: Dados brutos dos balanços do Estado. Cálculos próprios.

Em 2016 houve a cessão das contas do Banrisul por R\$ 1,4 bilhão.

(Local.: Séries financeiras - Consolidado/resultados consol./G327.)

Investimentos e margem para investir, 1999-2016 em % RCL

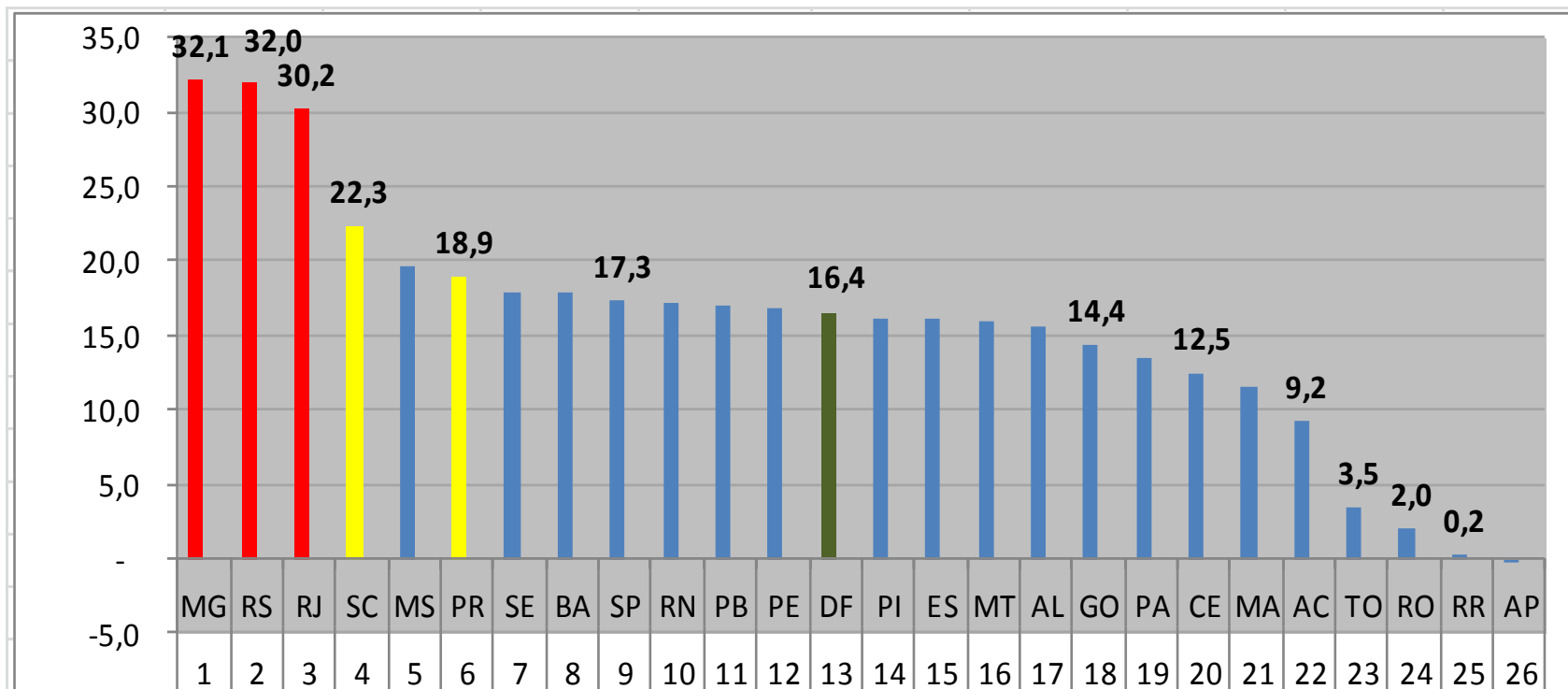


Fonte dados brutos balanços do Estado. Cálculos próprios.

Em 2016: desconto na dívida R\$ 2,5 bilhões e cessão das contas ao Banrisul, R\$ 1,3 bilhão.

(Local.: A.mestres/série financ. nominais/margem para investir/h62)

Gastos líquidos com previdência (gastos totais menos contribuição dos servidores) em % da RCL, por estado, 2016



Fonte: Levantamento dos RREOs do 6º binestre de 2016 dos estados.

(Localiz.: Dados dos estados/trab.2017/Estados 2002-2016/dados globais despesa/R138).

Aposentadorias especiais

ÓRGÃOS	SERVIDORES ATIVOS	%	IDADE MÍNIMA
SEGURANÇA	37.750	22,6%	
BRIGADA MILITAR (*)	26.666	16,0%	SEM EXIGÊNCIA
DEMAIS	11.084	6,6%	SEM EXIGÊNCIA
EDUCAÇÃO (**)	84.364	50,6%	50 e 55
SOMA	122.114	73,2%	
MULHERES		13,4%	55
SUBTOTAL		87,0%	
ADM.DIRETA	166.767	100,0%	

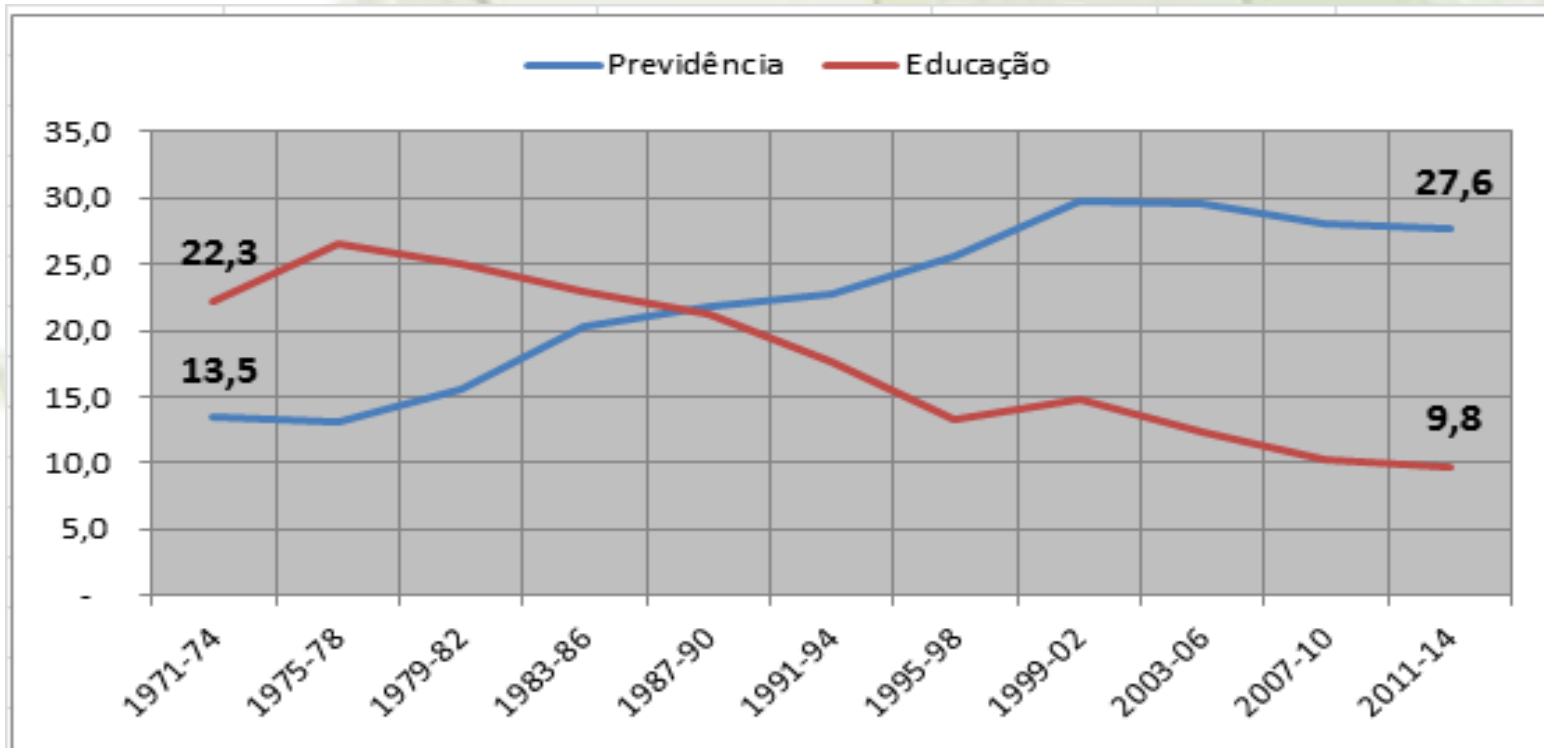
Fonte: Boletim de pessoal da Fazenda de 31/12/2012.

(*) Coronéis: 21 na ativa e 497 na reserva (ZH, 17/7/2015, p.10)

(**) Exceto os contratados.

(Local.: Art.extensos e trabalhos/Inequações estaduais do RS-SP/previdência/B54)

Educação e previdência em % do orçamento estadual, um “trade-off”



Fonte: Brunet, Júlio Francisco Gregory. Despesas por Funções no Estado do RS nos últimos 36 anos, 1971 - 2006.

Período 2007-2014 - Levantamento próprio dos RREO do Estado do RS.

(Artigos extensos e trab./tab.aux.art./economia e finanças do RS compar./plan7/D64).

Folha de inativos e ativos no mês de junho/2017 da Ad. Direta (não inclui pensões)

VALOR DA FOLHA	ATIVOS	INATIVOS	ATIVOS/ INATIVOS
BRIGADA MILITAR	135.388	233.532	0,58
POLÍCIA CIVIL	57.055	74.913	0,76
EDUCAÇÃO	229.391	326.903	0,70
FAZENDA	30.585	50.488	0,61
TOTAL ADM.DIRETA	786.236	906.230	0,87

Fonte: Boletim de Pessoal da Fazenda, junho/2017.

Obs.: Na educação, no plano de carreira é 0,50, exceto pensões.

A LC 144/2012 equiparou os demais órgãos da segurança à Brigada Militar. Aposentadoria da mulher: de 30 para 25 anos de serviço.

(Origem:A.mestres/desp.pessoal/Inativos Edu e BM/C27).

Grandes impasses previdenciários

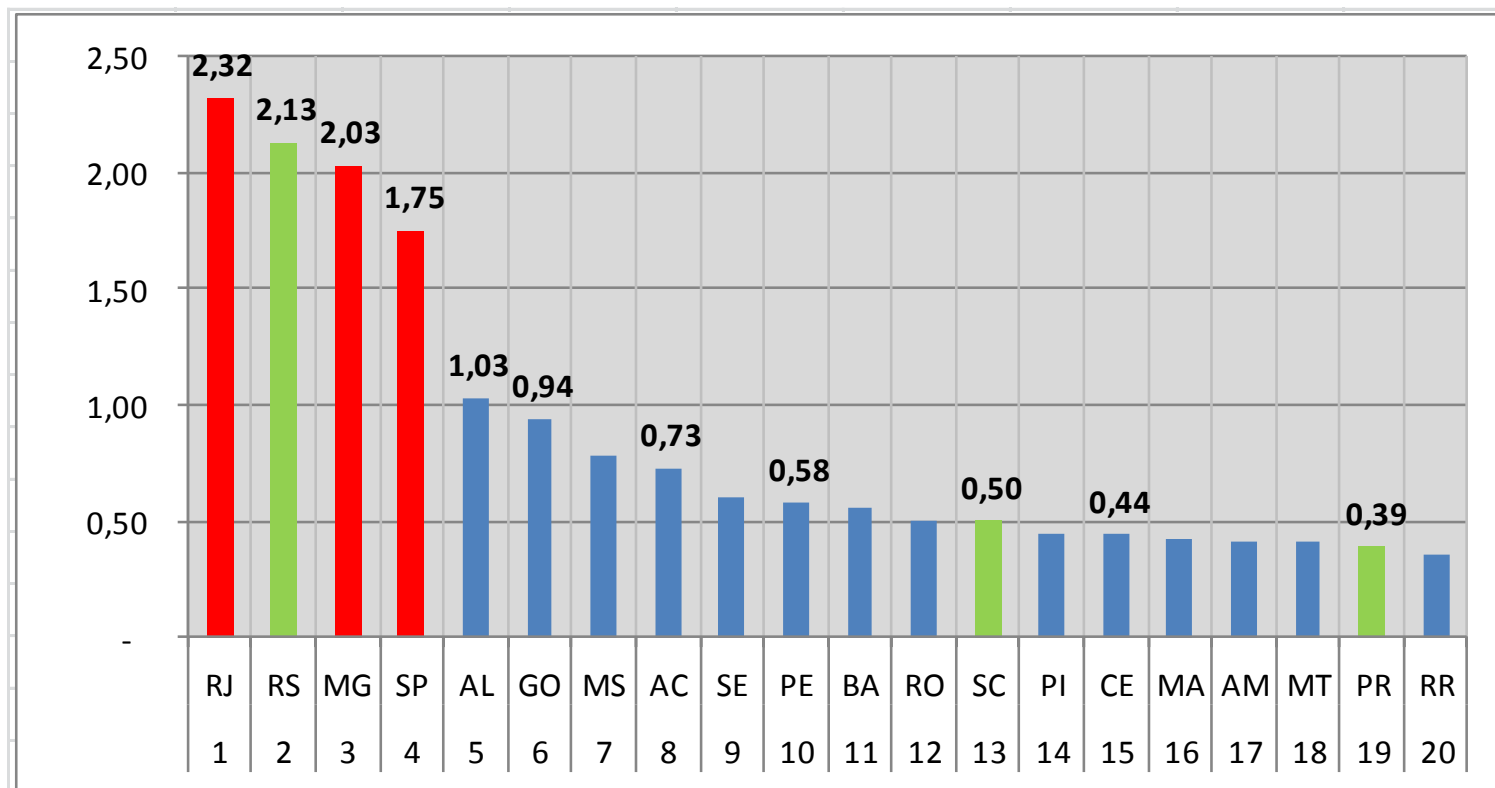
Razão contribuição/beneficiário no regime de repartição: 0,87 (mínimo 5)

Regime de capitalização: taxa de equilíbrio professora 60%. Segurança Pública mais alta, ainda.

Crescimento real da despesa superior a 5% ao ano. Reformas de 1998 e 2003 somente no decorrer da década de 2030 produzirão efeitos significativos.

Regime de capitalização em vigor não há como cumpri-lo, devido à crise estadual.

Relação dívida consolidada/RCL de 20 estados, 2016



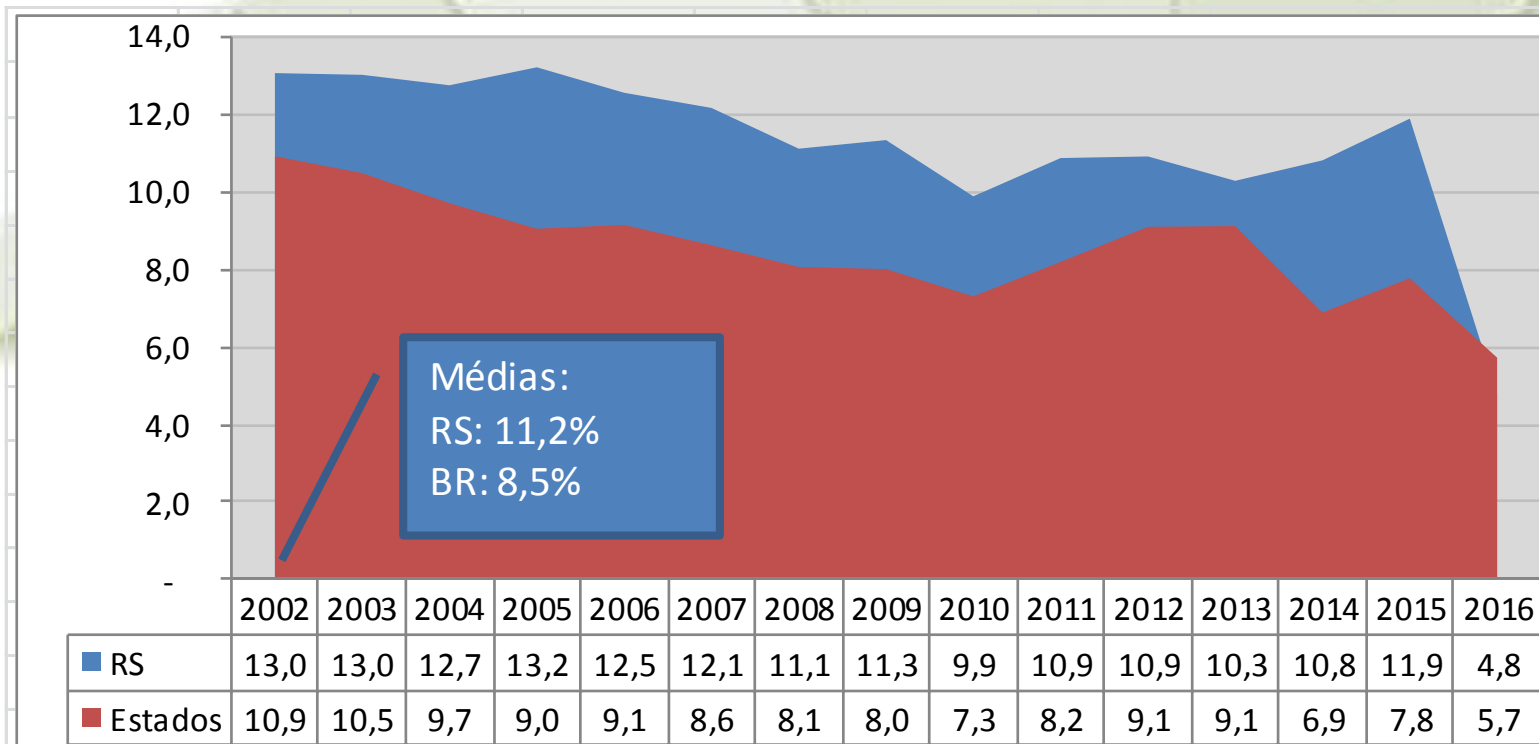
Fonte: RREOs dos Estados correspondentes.

Estados dos Sudeste

Estados do Sul.

(Localiz.: Dados estados/trab.2017/estados 2002-2016/DCL-RCL/R138).

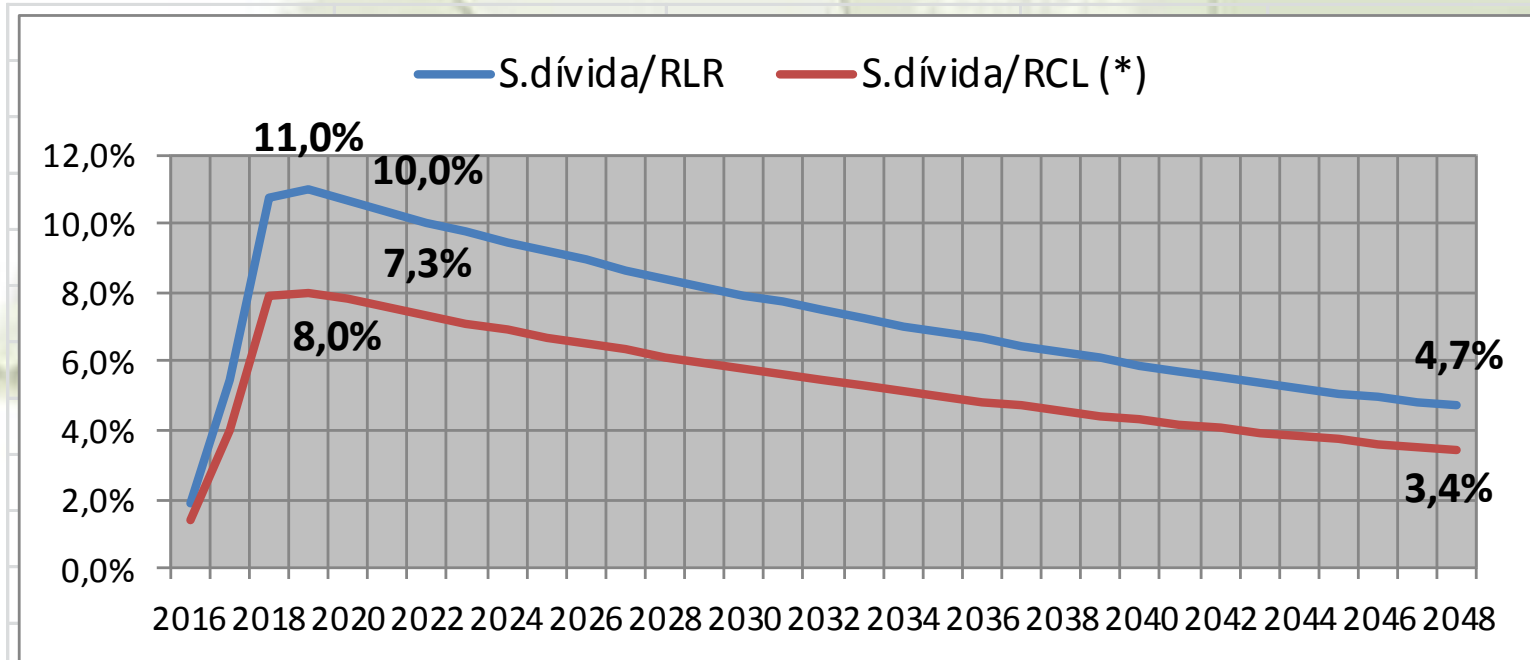
Serviço da dívida do Estado do RS, em % da RCL, comparado com a média nacional



Fonte: RREOs dos Estados. Cálculos próprios.

(Localiz.:Artigos extensos e trab./tab.e dados aux./economia e fin.do RS comp./plan5/AO35)

Acordo da dívida de 2016 – serviço da dívida em % da RLR e RCL

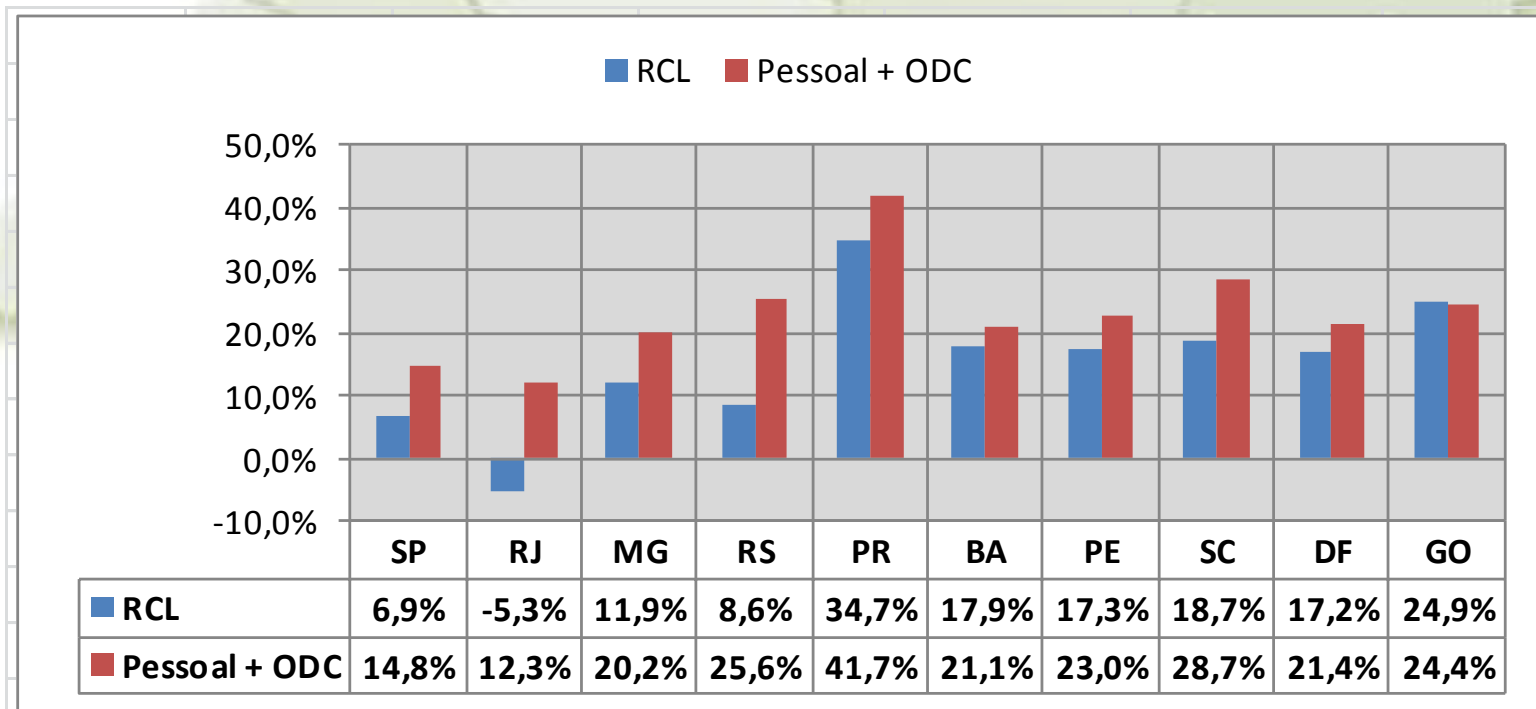


Fonte: Cálculo próprio com base em dados oficiais.

(*) RCL gerencial. Receita líquida que pertence ao Estado.

(Local.: Dívida do Estado/Dív.Reneg.junho-2016 _alter./Proj.G-500).

Período governamental 2011-2014: crescimento real da RCL e da despesa com pessoal mais ODC

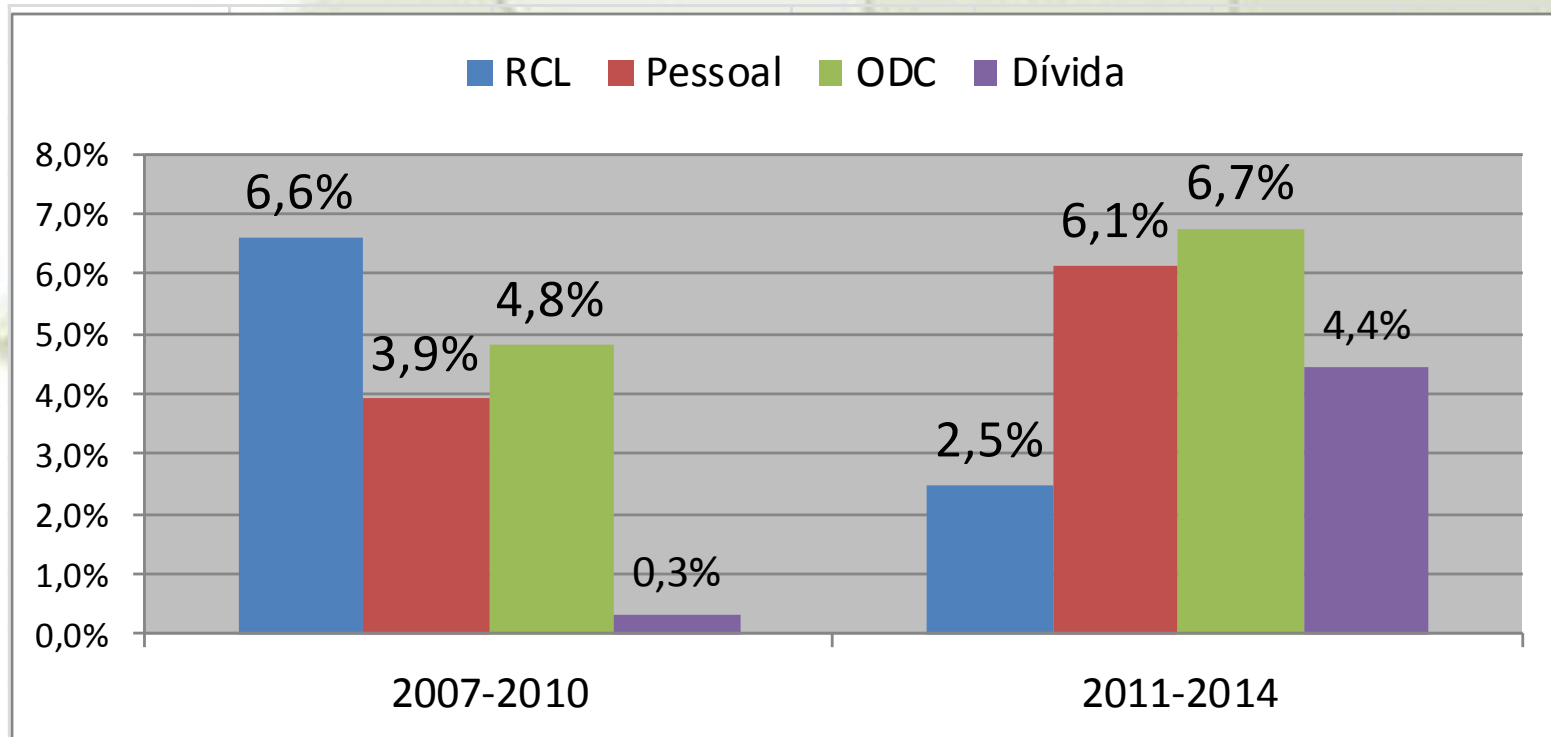


Fonte: Dados brutos STN - Execução Orçamentária dos Estados e sites dos Estados.

Gráfico 6. 0. Estados selecionados - crescimento real da RCL e da despesa com pessoal no período governamental, 2011-2014

(Local.: Dados dos estados/trabalho 2017/estados 2002-2016/estados selec./Q-104).

Taxas de crescimento real anual da RCL e dos principais agregados de despesa, nos períodos governamentais 2007-2010 e 2011-2014

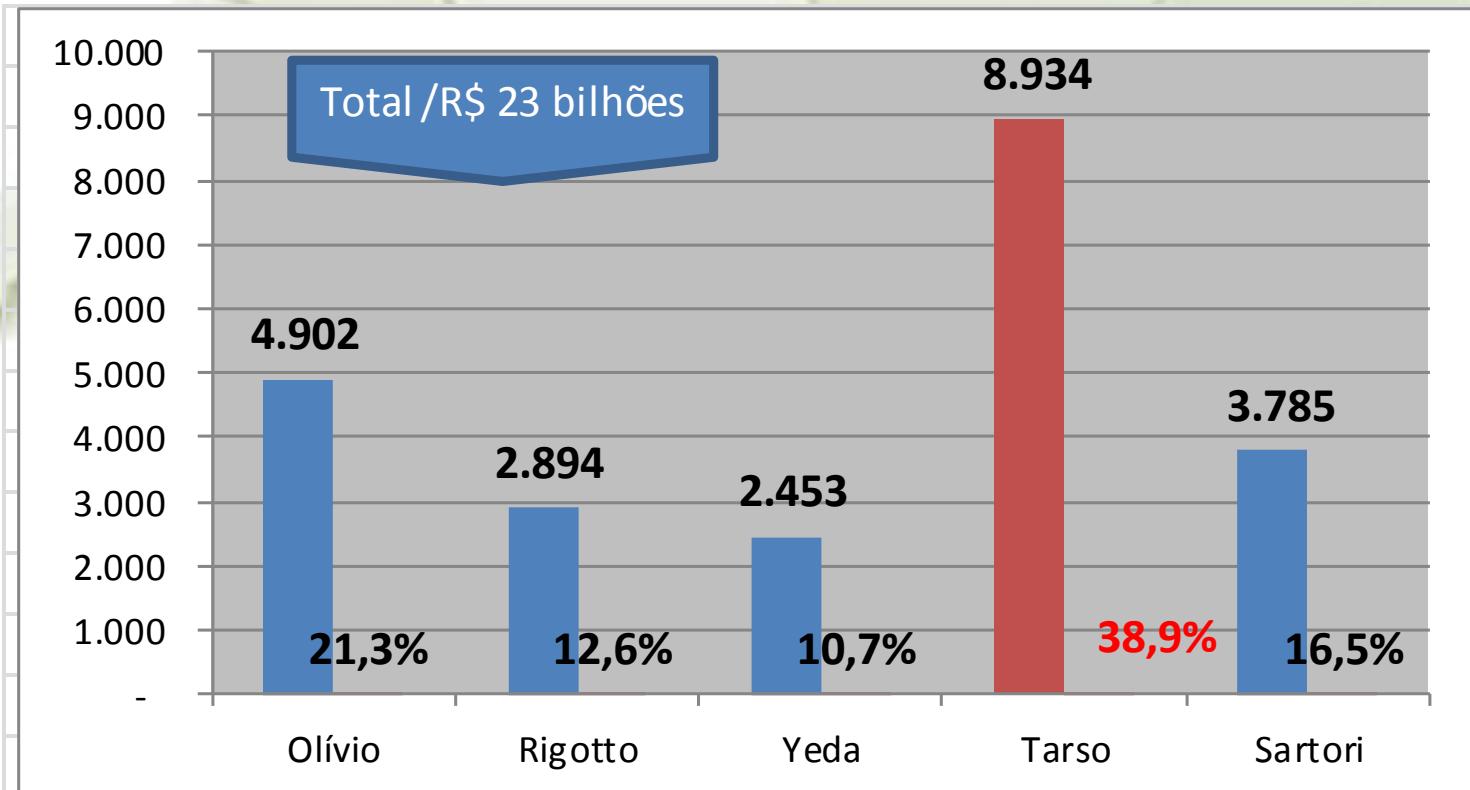


Fonte: Dados brutos dos balanços do Estado. Cálculos próprios.

(Artigos ext. e trabalhos/de onde vem os déficits?/comp.períodos/D-76).

Saques do caixa único, por período governamental, 1999-2016

Em R\$ milhões constantes.



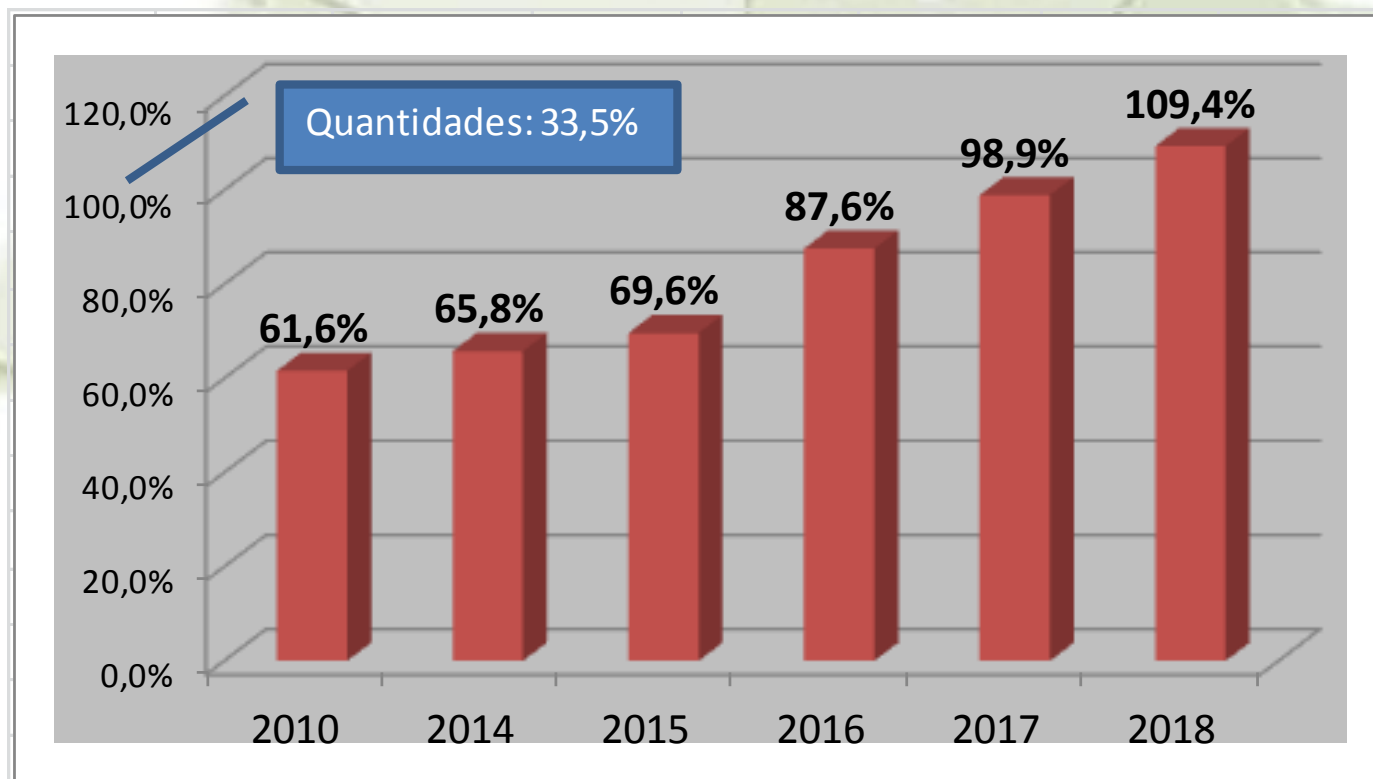
Fonte: Balanços do Estado e *site* da Fazenda. Cálculos próprios.

(Local.: Siac/saques/J61).

Reajustes da Segurança Pública

Quadros	Reajustes anuais	Período	Anual
Polícia Civil			12,9%
Delegados (já incluídos 5%) (*)	12,9% a 19,1%	2013-2018	19,1%
Demais	10,8%	2013 a 2018	
	(Mais 5% aa. 2015-2017, abril/2014)		16,3%
Susepe	13,6%	2013 a 2018	13,6%
Oficiais da Brigada Militar (*)	8,6% a 10,7%	2013 a 2018	14,0%
	(Mais 5% aa. 2015-2017, abril/2014)		16,2%
Praças (soldados, cabos e sargentos)	16,0%	2013 a 2014	21,8%
Idem	13,6%	2015 a 2018	19,3%
	(Mais 5% aa. 2015-2017, abril/2014)		
Cresc. nominal da receita corrente em	2015: 4,2%	2016: 14,1% *	2017: 1,8% **
Delegados: 14.072/2012 e 14.455/2014.		(*) Taxa geométrica.	
Demais: 14.073, 14.074, 14.075, 14.188 e 14.189/2012 e 14.438/2014.			
(*) Ano atípico em que houve o aumento das alíquotas do ICMS e cessão das contas ao Banrisul.			
(Local.: De onde vêm os déficits/sal.segurança/l7).			
(**) Seplag: até setembro, sem as intraorçamentárias.			
(Localiz.: De onde vem o déficit estadual/sal.segurança/l-8)			

Relação entre a despesa com pessoal da Segurança e da Educação



Fonte: Segurança: Execução da despesa e Boletim de pessoal/Fazenda.

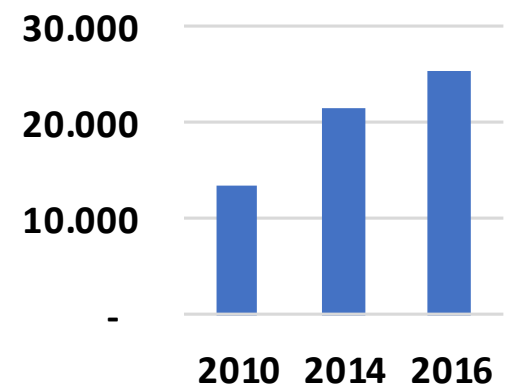
Educação: Execução orçamentária 2010-2017 (estim.)

2018-Proposta orçamentária.

(Local.: Proposta orçamentária 2018/plan6/M3).

Crescimento da folha de pagamento estadual, 2011-2016

Anos	Despesa			Cresc.folha
	pessoal	RCL (*)	IPCA	
2010	13.432	22.028	3.114,50	
2014	21.611	30.790	3.953,15	8.179
2016	25.332	37.379	4.686,79	3.721
Em relativos				
2010	100,0	100,0	100,0	
2014	160,9	139,8	126,9	
2016	188,6	169,7	150,5	
Crescimento nominal				
2011-2014	61%	40%	27%	
2015-2016	17%	21%	19%	



Fonte: Balanços do Estado do RS e IPEA_DATA.

(*) RCL gerencial - receita corrente menos transferências obrigatórias.

(Local.: Artigos extensos e trab./tab.aux.artigos/Desp.pessoal/RCL, 2010-2016/C2).

Síntese da proposta orçamentária para 2018

Descrição	Valores/percentuais
Total sem duplicidades	57,2 bilhões
Receita corrente líquida (RCL)	37,8 bilhões
Déficit (*)	6,8 bilhões
Déficit em % da RCL	18%
Comprometimento da RCL com Saúde	
Educação, Segurança e pessoal	90%
Demais despesas com 2% investimentos	30%
Despesas totais com pessoal/RCL	75,0%
Previdência líquida/RCL	36%

Fonte: Proposta orçamentária para 2018.

(*) R\$ 1,2 bilhão às prestações da dívida não pagas em 2017.

(Localiz.: Proposta orçamentária 2018/Plan1/B53).

Resultados orçamentários, sem e com o RRF, 2015-2022

EXERC.	RESULTADO	Com RRF	OBSERV.
2015	-4.942		
2016	-143		1
2017	-3.000		
2018	-6.800	-2.200	2
2019	-5.300	-1.700	2
2018-2022 Média	-4.900	-1.800	2

Balanços do Estado 2015 e 2016. 2017: Orçamento.

(1) Desc.dívida 2,5 bilhões e cessão contas R\$ 1,3 bihão.

(2) Não considera possíveis operações de crédito.

Nota: A/c 2019 Mais R\$ 2 a R\$ 2,5 bilhões, não renovando o ICMS.

(Local.: Artigos extensos/tabelas aux. de artigos/Indic.financ./plan1/B36).

Plano de Recuperação Fiscal (LC 159, de 19/5/2017).

Condições:

- **Zera a prestação da dívida por 36 meses.**
- **Prorroga por mais 36 meses com descontos crescentes de 1/36. Assim 1/36, 2/36, 3/36...36/36 sobre a prestação calculada.**
- **Permite algum financiamento.**

Exigências (algumas)

- **Privatização de estatais**
- **Redução dos incentivos fiscais**
- **Não concessão de reajustes reais**
- **LRFE, alíquota previdência para 14%**
- **Vantagens estaduais não superiores às federais**
- **Depósitos judiciais: fundo de 30% do estoque.**
- **Equilíbrio das contas, no que está implícita a manutenção das alíquotas do ICMS.**

(Local.: Ineq. estaduais do RS_SP 2611/5.dívida/texto).

Regime de Recuperação Fiscal e uma advertência

O **Regime de Recuperação Fiscal – RRF** pode ser considerado uma espécie de **mal necessário**, estando o maior mal em precisar dele. É **necessário**, porque sem ele, basta o Supremo suspender a liminar da dívida para entrarmos num caos em que o Estado ficará totalmente ingovernável.

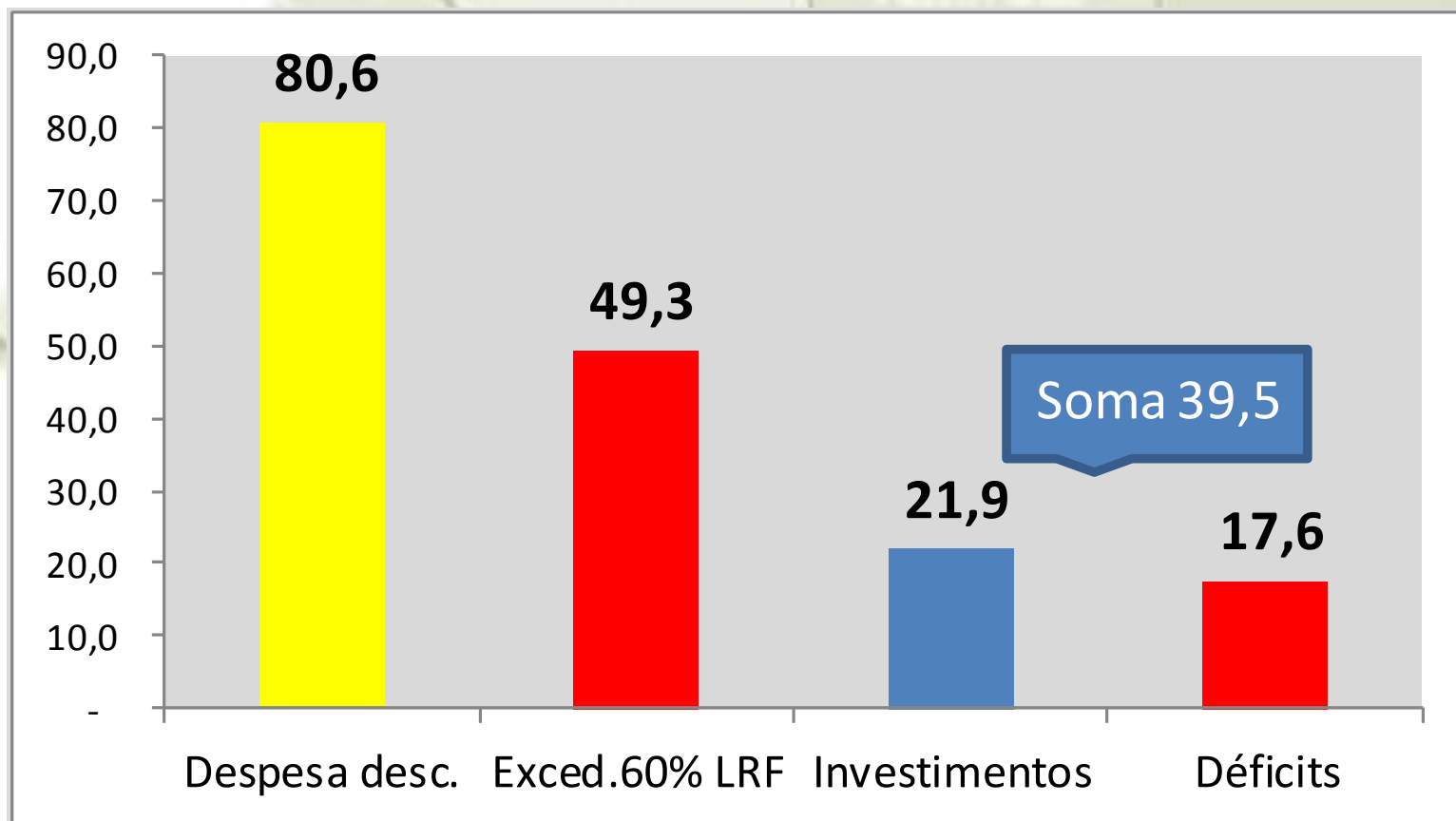
Sem o RRF, os atrasos da folha poderão ser superiores a dois meses, além de uma carência generalizada de recursos para as demais áreas.

O atual governo irá se beneficiar com ele, mas a grande beneficiada será a sociedade e porque não dizer os futuros governantes que receberão o estado em condições de geri-lo.

A advertência que faço é a de se não continuar o ajuste fiscal que envolva **todos** os Poderes, mesmo com a volta do crescimento econômico, no final do prazo do acordo, voltaremos à estaca zero.

O estado é um doente em estado terminal. Se não tomar o remédio (o RRF) morre inevitavelmente. Se tomar, poderá morrer ou não. Tudo vai depender das condições futuras.

Desp. Pessoal, segundo as interpretações da LRF, investimentos e déficits, 2000-2015 Em R\$ bilhões de 2016 pelo IPCA (médio)



Fonte: Elab.própria. Balanços do Estado, PP-TCE 2015, tab.1.76,p.138.
(Local.: Arquivos mestres/ Despesas com pessoal/LRF/E80.)

Privilégios corporativos, outra maneira de descumprir a LRF

Descrição	Preços de dezembro/2016 (IPCA)
1. CONVERSÃO DE URV PARA REAL	
Até outubro/2007 (*)	2.000 milhões
2008-2017 (**)	115 milhões
2011-2014 (**)	775 milhões
Total	2.890 milhões
2. AUXÍLIO MORADIA (atrasados) (***)	503 milhões
3. AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO	Será pago retroativamente.

*Estadão, 22/10/2007. A Farra URV. Sérgio Gobetti. Improcedentes, CNJ, 16/9/2009.


A matéria não diz quando esse valores se formaram. Podem ser muito maiores.

**Demais: Sefaz.rs.gov.br/levantamentos próprios.

***Zero Hora, 7/6/2016

(Local.:A.mestres/Conv.URV para Real/Plan1/D45).

Lei Kandir: um sonho



1. Não há como medir as perdas , pela simples diferença das exportações em dois momentos.
2. As exportações possibilitam as importações sobre as quais há incidência de ICMS.
3. O ICMS cresceu o dobro do PIB de 1995-2013 (último ano após o fim da hiperinflação).
4. A União para pagar as perdas solicitadas terá aumentar impostos. Ver tabela sobre destinação de sua receita, na lâmina seguinte.

Destinação da carga tributária que coube à União em 2016

Especificação	R\$ milhões	%	%
Tributos e contribuições arrecadados pela União	1.387.028	100,00	
(-) Transf. aos estados e municípios	226.835	16,35	
(-) Impostos com desintação específica (**)	175.563	12,66	
Arrecadação líquida do Governo Central	984.629	70,99	100,0
Despesas da Seguridade Social	871.843	62,86	88,5
Saldo para outras destinações	112.787	8,13	11,5
Resultado primário do Governo Central	-159.473	- 11,50	-16,2

Fonte: Receita Federal - Carga tributária nacional, 2015.

SOF - Resultado Primário da Seguridade Social, 2016

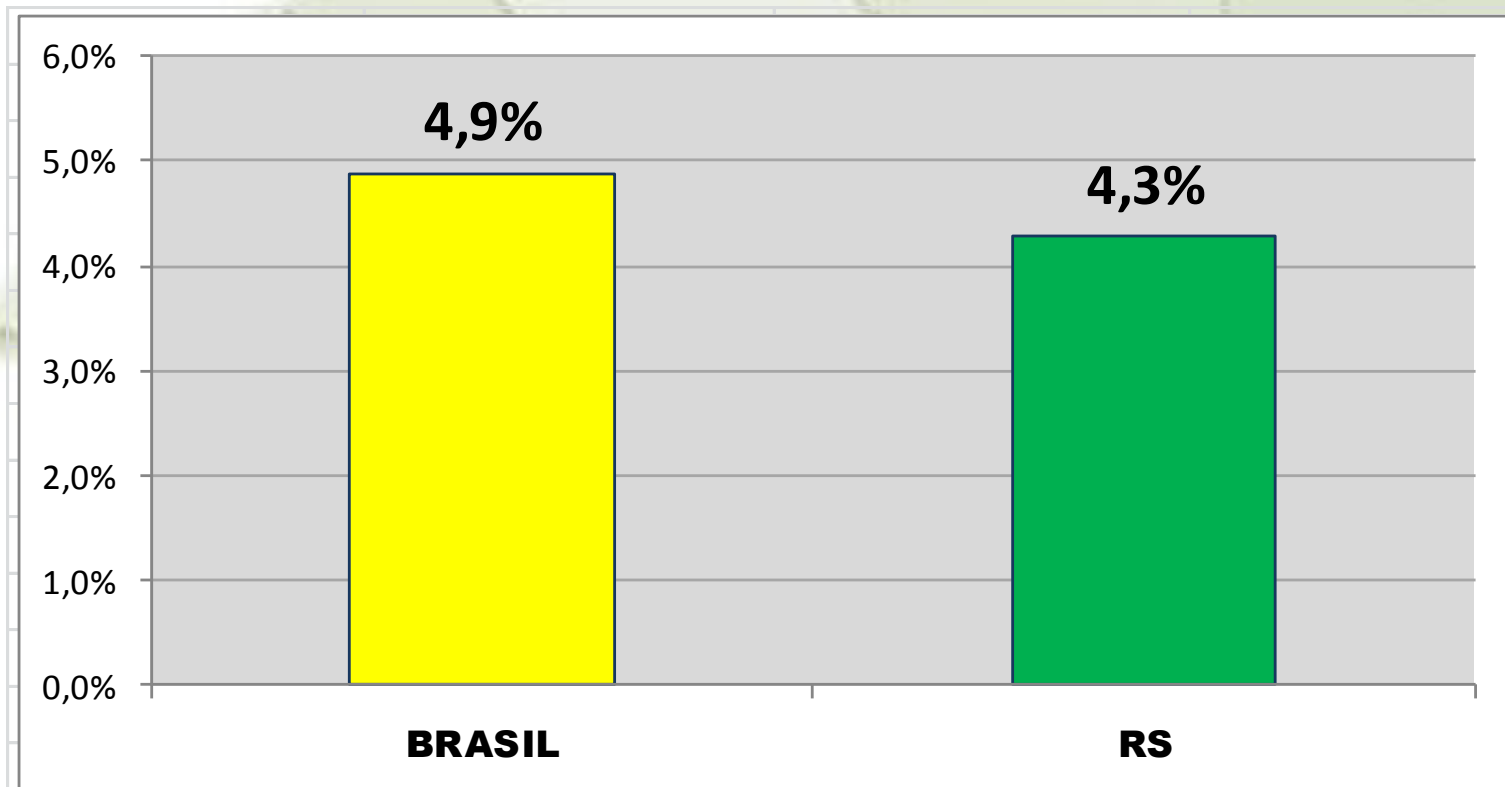
STN - Resultado Primário do Governo Central - dezembro/2016.

(*) Acrescida da variação da receita do Gov. Central dez/2016/dez/2015: 5,3826%.

(**) Salário-educação, Sistema "S" e FGTS.

(Local.: Dados nacionais /NFSSP.DPF, PIB e outros/Carga tributária/29-I).

Taxas de incremento anual do ICMS do Estado do RS e dos estados brasileiros , 1995-2013



Fonte: Dados brutos: STN - Execução Orçamentária dos Estados.

IBGE (PIB-BR) e FEE-RS (PIB-RS)

(Localiz.: Dados estados/ ICMS/PIB dos Estados/ICMS-PIB/N80)

Taxas de incremento médio do ICMS e do PIB estadual e nacional, 1995-2013

ITENS	BRASIL	RS
ICMS	4,9%	4,3%
PIB	3,1%	2,1%
Razão ICMS/PIB	1,6	2,0

Fonte: Dados brutos: STN - Execução Orçamentária dos Estados.

IBGE (PIB-BR) ew FEE-RS (PIB-RS)

(Localiz.: Dados dos estados/ICMS/PIB dos Estados/ICMS-PIB/O61)



Conclusão

O Estado do RS precisa voltar a crescer na média nacional.

Para isso necessita investimentos em infraestrutura, saúde e educação.

É preciso vencer os déficits.

O governo atual tomou muitas medidas.

Muitas outras precisam ser tomadas, sendo a principal a reforma da previdência, que depende do Congresso Nacional.

Só a união de todos permite o enfrentamento desses problemas.

No curto prazo precisa aderir ao RRF, não tem plano B.



Muito obrigado